



Número: **1008914-03.2021.4.01.3600**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Federal Cível da SJMT**

Última distribuição : **13/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Colaço de Grau, Sistemas de cotas - Lei 10.558/2002**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
[REDACTED] (IMPETRANTE)		FILIPE MAIA BROETO NUNES (ADVOGADO) FERNANDO CESAR DE OLIVEIRA FARIA (ADVOGADO)	
REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (IMPETRADO)			
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DA FUFMT (IMPETRADO)			
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54169 6133	17/05/2021 11:32	<u>Decisão</u>	Decisão

**Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso**  
**2ª Vara Federal Cível da SJMT**

---

PROCESSO: 1008914-03.2021.4.01.3600

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

IMPETRANTE: [REDACTED]

IMPETRADO: REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DA FUFMT, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**DECISÃO**

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por [REDACTED] [REDACTED] contra ato do REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO–UFMT e do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DA UFMT, no qual requer:

“Sejam JULGADOS PROCEDENTES OS PEDIDOS DEDUZIDOS para decretar a nulidade dos procedimentos investigatórios [PAD] contra a Impetrante, referentes à autodeclaração como fundamento de permanência no curso de Direito da FUFMT, em desprezo às regras editalícias [porque inexistia previsão em edital], como com infringência da regra da motivação do ato administrativo [conclusão do tribunal étnico-racial padece de vício de forma = não há fundamentação], além de representar açoitamento à dignidade humana, sem que haja comprometimento das atividades acadêmicas, inclusive a colação de grau, uma vez que já concluído o referido curso superior.”

Em liminar, pede a suspensão do procedimento administrativo instaurado em seu desfavor.

Narra o impetrante que ingressou na UFMT mediante o vestibular de 2016, obtendo aprovação no Curso de Direito através do exame de seleção SISU - Edital do Processo Seletivo 2016 - Primeira Edição de 2016.

Sustenta que tomou conhecimento da denúncia sobre burla ao sistema de cotas para ingresso na UFMT, notadamente quanto ao sistema de autoidentificação, sendo que, ante o quadro, a Universidade determinou a instrumentalização de comissão de heteroidentificação, a fim de coibir fraudes no sistema de ingresso de estudantes cotistas e verificar os requisitos exigidos para ingresso no curso de medicina da UFMT, em vagas reservadas/criadas para candidatos autodeclarados pardos e negros.

A impetrante aduz que está no quinto ano do curso de direito, tendo concluído o mesmo e aguarda a colação de grau, sendo que em 2016 apresentou todos os documentos necessários e imprescindíveis a demonstrar a sua situação e respeitou os requisitos do instrumento convocatório.

Alega: violação ao ato jurídico perfeito, segurança jurídica, vedação aos juízos de exceção, motivação dos atos administrativos.

É o relatório. **Decido.**

Para concessão da liminar devem concorrer os dois pressupostos legais esculpidos no artigo 7º, inciso III da Lei n. 12.016/09, quais sejam, a relevância do fundamento e a possibilidade de ineficácia da medida no caso de concessão de segurança quando do julgamento definitivo.



A impetrante é aluno de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, com ingresso em **2016** pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, tendo, na ocasião, se inscrito nas vagas destinadas à política de ações afirmativas para estudantes que se autodeclarassem negros (pretos ou pardos), logrando êxito na obtenção de uma.

Atualmente está no 5º ano do curso e aguarda colação de grau.

A Universidade recebeu denúncia de suposta fraude à Política de Ação Afirmativa no âmbito do Processo Seletivo de Ingresso 2016, segundo a qual houve autodeclaração indevida, posto que, segundo o denunciante, o denunciado não se trata de pessoa negra (preta ou parda).

Assim, de acordo com a notificação extraída do processo n.º 23108.047653/2020-10, foi instaurado em desfavor da impetrante um processo administrativo disciplinar discente para apurar aduzida fraude no sistema de cotas (id. num. 539646855).

Quanto à política de ações afirmativas, foi estabelecida pela Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, reserva de percentual de vagas aos pretos, pardos e indígenas, com a redação dada pela Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, estabeleceu o seguinte:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por **autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação**, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A Resolução Consepe n.º 131, de 30 de outubro de estabelece que:

“Artigo 6º. Após efetuada a matrícula se verificada, a qualquer tempo, a inverdade dos dados declarados ou a inconsistência dos mesmos o discente estará sujeito ao cancelamento de sua matrícula e à consequente perda da vaga.”

Por meio da Portaria GR n.º 272, de 23/06/2020, a UFMT também dispôs a respeito dos procedimentos utilizados pela Universidade Federal de Mato Grosso para apuração de denúncias de fraude nos Processos Seletivos de Ingresso por meio da Política de Ações Afirmativas da Universidade.

É inegável que “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” (Súmula 473 do STF).

Não obstante, a segurança jurídica (e seus consectários direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada) é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Isso porque, sem segurança, não há confiança, nem estabilidade das relações sociais, o que fragiliza o pacto social e sua teia de relações.

Neste sentido, destaco precedente do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROVIMENTO DERIVADO.



SUBSISTÊNCIA DO ATO ADMINISTRATIVO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. 1. O Supremo Tribunal Federal, em algumas oportunidades, e sempre ponderando as particularidades de cada caso, já reconheceu a subsistência dos atos administrativos de provimento derivado de cargos públicos aperfeiçoados antes da pacificação da matéria neste Tribunal, em homenagem ao princípio da segurança jurídica. Precedentes. 2. O princípio da segurança jurídica, em um enfoque objetivo, veda a retroação da lei, tutelando o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. **Em sua perspectiva subjetiva, a segurança jurídica protege a confiança legítima, procurando preservar fatos pretéritos de eventuais modificações na interpretação jurídica, bem como resguardando efeitos jurídicos de atos considerados inválidos por qualquer razão.** Em última análise, o princípio da confiança legítima destina-se precipuamente a proteger expectativas legitimamente criadas em indivíduos por atos estatais. 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível, na hipótese, condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e Súmula 512/STF) 4. Agravo interno a que se nega provimento.

(STF, ARE 861595, Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, j. 22-05-2018)

Desta forma, ainda que a Administração possa – e deva – investigar fraudes, é certo que tal investigação encontra limites em outros postulados que regem a atividade administrativa.

Com efeito, admitir que, após 5 anos do início do curso, a Administração invalide o seu ingresso seria contrário à eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos, na medida em que todo o recurso empregado na formação do profissional médico pela Universidade Pública seria inutilizado, em frustração à sua própria expectativa.

Outro ponto que merece destaque é que, à época do processo seletivo ao qual se submeteu o impetrante, não havia previsão da etapa de heteroidentificação, mas apenas a autodeclaração. Desta maneira, **se o edital é a lei do concurso e vincula as partes – candidato e Administração Pública, frise-se –, submeter o candidato a uma comissão de heteroidentificação viola o princípio da vinculação ao edital,** vários anos após concluído o processo de ingresso.

Note-se que o Brasil é um país marcado por alta miscigenação, fruto do processo de colonização e prolongado período escravagista que marcaram a história nacional, sendo com frequência imprecisa e subjetiva a caracterização do pardo. Tal subjetividade representa agravado risco à segurança jurídica não apenas do impetrante, mas de todos os beneficiários do sistema de cotas, que ficariam à mercê de verificação racial posterior à regular admissão no exame vestibular. E tal estado de insegurança não coaduna com a estabilidade necessária ao bom desenvolvimento acadêmico.

Em caso similar, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS 59.369/MA, publicado em 21/05/2019, de relatoria do Min. HERMAN BENJAMIN, decidiu:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. VAGAS RESERVADAS PARA CANDIDATOS NEGROS. **AUTODECLARAÇÃO. ÚNICA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA DOS MÉTODOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO QUE VIRIAM A SER UTILIZADOS POSTERIORMENTE PELA COMISSÃO AVALIADORA. INOVAÇÃO DESCABIDA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGÍTIMA CONFIANÇA. FALTA DE AMPARO LEGAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.** 1. Em



se cuidando de disputa de cargos públicos reservados pelo critério da cota racial, ainda que válida a utilização de parâmetros outros que não a tão só autodeclaração do candidato, há de se garantir, no correspondente processo seletivo, **a observância dos princípios da vinculação ao edital, da legítima confiança do administrado e da segurança jurídica**. 2. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe o respeito às regras previamente estipuladas, as quais não podem ser modificadas com o certame já em andamento. 3. Os critérios de avaliação capazes de infirmar a autodeclaração do candidato, declaração esta presumidamente verdadeira (item 1.4, do edital - fl. 62), embora mostrem-se legítimos como forma de supervisão, não foram previstos no edital do concurso em referência. 4. Ao revés, o instrumento convocatório apenas previu, genérica e abstratamente, a possibilidade de conferência daquela declaração por uma comissão específica (item 1.5 - fl. 62), cuja composição ou formas de deliberação também não foram objeto de detalhamento no edital, o que torna ainda mais grave a lacuna normativa aplicável ao certame. 5. Dito de outro modo, padece de ilegalidade o ato de não enquadramento da Recorrente nas vagas reservadas aos candidatos negros, visto que o edital não estabeleceu de antemão e objetivamente os critérios de heteroidentificação (ex. características fenotípicas) que viriam a servir de parâmetro para a comissão avaliadora. **Assim, forçoso reconhecer que houve indevida inovação, ao arrepio da proteção da confiança depositada pelos candidatos na estabilidade das regras do certame.** O edital, como se sabe, é a lei do concurso. À conta dessa conduta, restou afrontado pela Administração, dentre outros, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Precedente desta Corte em caso assemelhado: AgRg no RMS 47.960/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 31/05/2017. 6. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança provido para, reformando o acórdão recorrido, conceder a segurança, determinando-se a reinserção do nome do recorrente na lista dos candidatos que concorreram às vagas destinadas ao provimento por cota racial, respeitada sua classificação em função das notas que obteve no certame. ..EMEN:

(STJ, RMS 59369 2018.03.02772-2, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, j. 21/05/2019)

Diante do exposto, verifico a relevância do fundamento, sendo que a urgência decorre do prejuízo às atividades acadêmicas e colação de grau, razão pela qual **concedo a liminar para suspender o trâmite do procedimento administrativo disciplinar instaurado em desfavor da impetrante sob o nº. 23108.047653/2020-10.**

Notifique-se e intime-se a autoridade coatora para cumprimento. Ciência do feito ao órgão de representação judicial da impetrada.

Após as informações, ao MPF.

Por fim, conclusos para sentença.

Intimem-se e cumpra-se.

Cuiabá, data da assinatura digital.

assinado digitalmente

**HIRAM ARMÊNIO XAVIER PEREIRA**



Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da 2ª Vara SJMT

